



**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**Curso de Relações Internacionais**  
**TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido Pelo Regulamento de TCC**  
**Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das DCNs**  
**do Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

Título do Trabalho: A pandemia na Faixa de Gaza: da asfixia viral à existencial

Nome do(a) Estudante: Maria Canalli Angeli

Nome do(a) Orientador(a): Acácio Augusto Sebastião Júnior

Ano de Depósito: 2021

**Resumo**

Este trabalho objetiva analisar a maneira como o governo de Israel geriu a pandemia do COVID-19 na Faixa de Gaza entre março de 2020 e junho de 2021 - considerando como marcos o início da pandemia até a queda de Benjamin Netanyahu. A partir do entendimento de biopolítica e necropolítica de Michael Foucault e Achille Mbembe, respectivamente, a análise busca entender sob qual propósito esteve assentada a políticas de bloqueio do governo de Israel frente à Faixa Gaza e como foram executadas à luz do contexto de pandemia.

**Palavras chave:** Palestina; Israel; COVID-19; Biopolítica; Necropolítica; Bloqueio.

**Abstract**

This article has the objective of analyzing how the government of Israel managed the COVID-19 pandemic in Gaza Strip, between March 2020 and June 2021 - considering as landmark the beginning of the pandemic till Benjamin Netanyahu falls as prime minister. Based on the understanding of biopolitics and necropolitics of Michael Foucault and Achille Mbembe, respectively, the analysis seeks to understand under what purpose the Israeli government's blockade policies against the Gaza Strip were based and how they were carried out in the light of the pandemic context.

**Keywords:** Palestine; Israel; COVID-19; Biopolitic; Necropolitic; Blockade.

## Introdução

No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o ritmo de contaminação do novo coronavírus (Sars-Cov-2) classificava uma situação de pandemia (WHO, 2020). Ao longo dos meses, praticamente todos os países foram gradualmente afetados pela primeira onda de contágio do vírus - a OMS estima que em 2020 pelo menos 1,8 milhões de pessoas morreram vítimas do COVID-19 (WHO, 2021). Não obstante o ritmo de contaminação, no segundo semestre novas variantes começaram a surgir a partir das mutações genéticas do vírus, causando uma segunda onda de infecção no mundo. O cenário torna-se ainda mais delicado em países que vivem em condições de guerra e ocupação como a Palestina, pois a imobilidade política e econômica de providenciar respostas emergenciais à pandemia agrava ainda mais o cenário de contaminações e mortes. Segundo levantamento da agência de notícias Reuters, desde março de 2020 até junho de 2021, houve mais de 343.333 mil infecções e 3.838 mortes relacionadas ao vírus nos territórios palestinos, com um total de 4.685 milhões de habitantes (Reuters, 2021).

O conflito entre Israel e Palestina remonta ao século XIX, a partir da conceituação da doutrina política do sionismo<sup>1</sup>, inspirado pelo nacionalismo europeu do século XIX (COUTTE, 2005, 49) e fundado por Theodor Herzl, que levou à concretização do projeto de criação de um Estado Judeu em 15 de maio de 1948, marcando a *nakba*<sup>2</sup> palestina com o reconhecimento da independência de Israel pelos Estados Unidos.

A longevidade do conflito deriva também do fato da Palestina ser tratada historicamente como uma *questão*, Edward Said explora os diversos entendimentos que orbitam a Palestina ao ser considerada dessa forma. O primeiro sugere que o termo *questão* se refere a algo que deva ser entendido à parte e isolado dos demais fenômenos que o cercam - isto é, por exemplo, pensar a história da Palestina sem considerar a política externa estadunidense após a Segunda Guerra Mundial. O segundo entendimento sugere que a

---

<sup>1</sup> Sionismo é uma corrente de pensamento teorizada em 1896 por Theodor Herzl em seu livro “O Estado Judeu” - o termo “sionismo” origina-se da palavra “Sião” que em hebraico significa *elevado* e faz referência aos montes que cercavam Jerusalém, considerada a terra sagrada dos judeus. Assim nasce um movimento político que sustenta que o vínculo religioso e histórico do povo judeu caracteriza uma nacionalidade que, por essas razões, teriam direitos a um Estado próprio localizado territorialmente na Palestina histórica.

<sup>2</sup> Nakba é um termo árabe que faz referência ao processo de ocupação consolidado com a independência de Israel em 15 de maio de 1948. A Palestina tornou-se um país no século VII a partir da consolidação das fronteiras da Filistéia e em 1516 tornou-se uma província do Império Turco Otomano.

Palestina seja considerada um problema complexo de ser resolvido por si só, ao ponto de nem os próprios palestinos serem capazes de resolvê-lo. Por fim, Said argumenta que se referir à Palestina como uma *questão* sugere que seja algo incerto, instável e, inclusive, duvidoso. Esses três entendimentos em torno do termo *questão da Palestina*, tornam-na um conceito extensivamente debatido e contestado (SAID, 2012, 4-5). Por isso, o conflito da Palestina frente a Israel é histórico, extenso e necessariamente combativo, pois consiste em um embate de narrativas onde a segunda insiste em sustentar que a primeira não existe enquanto dedica-se a suplantá-la.

As dificuldades palestinas intensificaram-se à luz da pandemia e deve-se levar em consideração a dinâmica particular de cada um dos seus territórios ocupados. Ao contrário do que foi estabelecido na Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU em novembro de 1947, atualmente os territórios palestinos são divididos em três regiões fragmentadas que correspondem a apenas 22% do território histórico palestino inicial: 1) Cisjordânia<sup>3</sup>, com cerca de 1.7 milhões de palestinos, 2) Jerusalém, sendo que o lado leste possui mais de 300 mil palestinos e o oeste com cerca de 4 mil e, por fim, 3) a Faixa de Gaza com mais de 2 milhões de habitantes (HADDAD, Al Jazeera, 2021).

O processo de expansão da ocupação sionista na Palestina histórica possui, evidentemente, momentos de maior embate militar e momentos de tentativas de acordos diplomáticos mediados por outros países. Esse processo histórico levou à construção de formas diferentes de Israel instrumentalizar sua soberania considerando a particularidade de cada região do território palestino. Em outras palavras, isso significa que a maneira como Israel exerce sua soberania como potência ocupante na Cisjordânia por meio da expansão de assentamentos e construção de *checkpoints*, difere da maneira como esse poder é exercido na Faixa de Gaza mediante do bloqueio terrestre, aéreo e marítimo da região.

Este trabalho tem o objetivo de analisar como o governo de Israel geriu a presença do COVID-19 na Faixa de Gaza entre março de 2020 e junho de 2021 - considerando como marcos referenciais o início da pandemia até a queda de Benjamin Netanyahu como primeiro-ministro. Essa análise busca entender sob quais propósitos estiveram assentadas as políticas de bloqueio do governo de Israel frente à Faixa Gaza e como foram executadas à luz

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que a região de Cisjordânia (100%) é separada em três áreas: A (18%) controlado pela Autoridade da Palestina, B (22%) controlada por Israel e pela Autoridade Palestina e, por fim, a área C (60%) controlada por Israel, habitando assentamentos israelitas.

do contexto de pandemia. Para isso, faz-se necessário entender como se formou o contexto de pandemia na Faixa de Gaza, delineando a respeito das principais dificuldades enfrentadas pela região e como se deu o relacionamento com o governo de Israel nesse período.

Em termos conceituais, a análise em torno do tema se baseia, sobretudo, em dois autores: Michel Foucault e Achille Mbembe. Dentro dos limites do presente trabalho, o diálogo entre o conceito de biopolítica e necropolítica busca compreender o exercício da soberania israelense na Faixa de Gaza no contexto da pandemia. Num primeiro momento, a partir da leitura da Aula de 17 de março de 1976 do livro *Em Defesa da Sociedade*, faz-se necessário compreender o desenvolvimento histórico do poder soberano que leva à configuração da biopolítica. Em seguida, com base na leitura do excerto da obra *Políticas da Inimizade*, de Mbembe, o capítulo que delineia a respeito do conceito de necropolítica possibilita compreender como o poder de definir quem vive e quem morre se exerce contemporaneamente. Sendo assim, a metodologia apropriada é a revisão bibliográfica, pois permite o levantamento e definição dos conceitos que guiarão a análise.

Acerca das fontes escolhidas para embasar a análise é possível mencionar dois importantes documentos publicados pela Autoridade Palestina em 26 de Março de 2020, declarando Estado de emergência em virtude da disseminação do COVID-19, *State of Emergency - Palestine's COVID-19 Response Plan*, e, também um relatório divulgado pelo ministério da saúde do Estado da Palestina em abril de 2020, delineando a respeito do ritmo de contaminação e indicando as ações emergenciais necessárias para a contenção do cenário. Tendo em mente de que se trata de um tema de pesquisa bastante atual, o levantamento dos fatos jornalísticos restringiu-se ao recorte temporal eleito para a análise do tema e considerou, sobretudo, as plataformas digitais como a Reuters, G1, Gisha, Al Jazeera, Times of Israel, World Health Organization e artigos publicados na página oficial da Unicef e do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. Dessa forma, objetiva-se apresentar os fatos oriundos dos materiais jornalísticos de modo a intercalar com os conceitos recolhidos da análise bibliográfica com o objetivo de possibilitar a análise do tema.

Este artigo está dividido em três itens. O primeiro delineia brevemente a respeito do contexto de pandemia na Faixa de Gaza: o ritmo de contaminação do vírus e as principais dificuldades enfrentadas pela região considerando o bloqueio imposto pelo governo de Israel.

O segundo, apresenta os conceitos utilizados como lentes para a análise do tema por meio da exposição do entendimento de biopolítica de Foucault e necropolítica de Mbembe. O último item tem o objetivo de utilizar essas lentes conceituais para entender a maneira como é gerida a presença do vírus em Gaza, entre março de 2020 e junho de 2021, de modo a entender qual estratégia política o governo de Israel, comandado pelo então primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, assentou suas políticas nesse contexto - isto é, como a pandemia foi instrumentalizada no conflito Israel-Palestina.

### **As dificuldades palestinas na Faixa de Gaza frente ao bloqueio israelense à luz da pandemia do COVID-19**

Apesar de ser um dos territórios com maior densidade populacional, 2 milhões de habitantes em 365km<sup>2</sup>, a pandemia demorou para se tornar uma realidade na Faixa de Gaza devido ao cerco imposto por Israel e Egito que bloqueia o fluxo populacional e comercial da região desde 2007, quando o Hamas assumiu o controle político da região. Atualmente existem apenas dois pontos de contato dos habitantes da Faixa de Gaza com o mundo externo, ao sul na cidade de Rafah que faz fronteira com o Egito e ao norte, na fronteira com Israel, pela passagem de Erez. A identificação dos dois primeiros casos de COVID-19 foram de dois palestinos retornando do Paquistão pela via de Rafah, em 22 de março de 2020 (Reuters, 2020). No entanto, pouco mais de um mês depois, no dia 5 de junho, já haviam sido identificados mais de 72 casos. A precariedade política e econômica da Faixa de Gaza limitou a responsividade frente ao cenário de pandemia, segundo a agência de notícias Reuters, em junho de 2021 houve mais de 343.333 mil infecções e 3.838 mortes relacionadas ao vírus nos territórios palestinos (Reuters, 2020).

A responsividade da Autoridade Palestina (AP) frente ao colapso causado pela pandemia é ainda mais limitada devido à escassez de recursos financeiros a serem destinados às principais áreas impactadas e também à impossibilidade de recorrer a empréstimos de organizações financeiras internacionais. Em relatório divulgado pela AP em março de 2020, *State of Emergency: Palestine's COVID-19 Response Plan*<sup>4</sup>, de antemão a Autoridade sinaliza

---

<sup>4</sup> **State of Emergency. Palestine's COVID-19 Response Plan.** Disponível em: <[http://www.emro.who.int/images/stories/palestine/documents/Palestine\\_Authority\\_COVID-19\\_Response\\_Plan\\_Final\\_26\\_3\\_2020.pdf?ua=1](http://www.emro.who.int/images/stories/palestine/documents/Palestine_Authority_COVID-19_Response_Plan_Final_26_3_2020.pdf?ua=1)> Acesso em 21 Setembro de 2020.

a necessidade de ajuda internacional em três pilares principais: 1) ajuda financeira para suprir o colapso do sistema de saúde e para conseguir cobrir gastos essenciais da organização; 2) o acolhimento aos refugiados já em situações de extrema vulnerabilidade social agravada pela pandemia; 3) o engajamento diplomático que intermediasse as negociações com o governo de Israel, com o objetivo de facilitar o fluxo entre as fronteiras para a importação de suprimentos médicos e alimentares, proteger os palestinos viventes em territórios ocupados por Israel e, por fim, facilitar o acesso a recursos elétricos e hídricos, sobretudo na Faixa de Gaza.

Num primeiro momento, frente ao cenário crescente de casos de COVID-19 o Ministério da Saúde (MoH) coordenado com o Ministério das Relações Exteriores da Faixa de Gaza instituíram uma série de medidas preventivas com o objetivo de contenção do ritmo de contágio. Dentre eles é possível mencionar a quarentena compulsória de 21 dias para todos aqueles que chegavam em Gaza por Rafah ou Erez; cinco escolas públicas foram destinadas para comportar a demanda de leitos; a suspensão de casos hospitalares não emergenciais; suspensão das atividades educacionais e religiosas que provocavam aglomerações mediante o fechamento de todas as mesquitas, escolas e universidades.<sup>5</sup> No entanto, ainda que todas essas medidas tenham sido divulgadas, as particularidades sociais de Gaza impedem o pleno cumprimento das restrições e rapidamente evidenciou-se a intensificação das dificuldades palestinas na Faixa de Gaza à luz da pandemia.

A primeira emergência surge da necessidade de importações de aparelhos hospitalares, remédios e instrumentos de construção civil. Em estudos desenvolvidos pela *Islamic University of Gaza*, publicado na revista *International Journal of Infectious Diseases*, um dos principais limitantes da responsividade política frente à crise sanitária provocada pelo coronavírus em Gaza é a precariedade do sistema de saúde. Por ser uma região de intenso conflito com Israel e, por isso, frequentemente é alvo de bombardeios, a demanda por respiradores e cilindros de oxigênio já é uma realidade insuficiente - segundo o estudo, em toda a região da Faixa de Gaza existem apenas 70 camas de UTI com ventiladores respiratórios (ABUHABIBA, ABU-AITA, AL-SMERI, 2020).

---

<sup>5</sup> **Palestinian National Authority Ministry of Health Unit of Information System**. 13 de Abril de 2020.

Disponível em:

<[https://www.moh.gov.ps/portal/wp-content/uploads/2020/04/Corona-Eng.-13-4.pdf?fbclid=IwAR30SUB5-qwtmNAGmKXb7vUZ\\_7a\\_Y74eLsaSAR8JgPrjtyOodLKNgcX7neI](https://www.moh.gov.ps/portal/wp-content/uploads/2020/04/Corona-Eng.-13-4.pdf?fbclid=IwAR30SUB5-qwtmNAGmKXb7vUZ_7a_Y74eLsaSAR8JgPrjtyOodLKNgcX7neI)> Acesso em 14 Setembro 2021.

As dificuldades de importações derivam da rigidez do bloqueio fronteiriço imposto à Gaza. Em 2010, Israel instituiu uma lista de especificações sobre quais tipos de materiais são autorizados a entrar e sair da região, o princípio fundamental da lista de importações é o entendimento do conceito de *dual-use*, isto é, instrumentos civis que também podem ser utilizados para fins militares (Gisha, 2020). Contudo, nesse primeiro momento, as especificações a respeito do que é ou não uma importação sujeita a confisco são extensas e rasas, o que permite a interdição de itens considerados como básicos à sobrevivência, sobretudo no contexto de pandemia, como remédios e itens hospitalares.

A passagem de Kerem Shalom, localizado na tríplice fronteira entre Gaza, Egito e Israel, atualmente é o único entreposto comercial por onde transitam as importações e exportações da Faixa de Gaza e é controlada pela Autoridade de Aeroportos de Israel.<sup>6</sup> Vale mencionar que as demais passagens comerciais Karni (2007), Sufa (2008), Nahal Oz (2010), outrora também utilizadas para o transporte de carga, importação de materiais de construção, alimentos, suprimentos médicos e gás de cozinha, foram gradualmente bloqueadas por Israel ao longo dos anos de ocupação (Gisha, 2020).<sup>7</sup>

No que tange ao número de importações, em 2007 em média apenas 2.112 caminhões entraram na Faixa de Gaza, levando suprimentos à população. Os números continuaram baixos até 2015 com a execução do *Gaza Reconstruction Mechanism* (GRM) firmado entre a Autoridade Palestina e o governo de Israel, supervisionado pela ONU, voltado para a facilitação de acesso de mercadorias na Faixa de Gaza, com o objetivo de atenuar os danos do bloqueio e da última ofensiva militar israelense, a Operação Margem Protetora em 2014 (BARAKAT, MILTON, ELKAHLOUT, 2018, 208-227). Em um primeiro momento o acordo possibilitou a consolidação de uma lista dual-use mais detalhada (GRM Report) atribuindo à Israel maior controle sobre os fluxos comerciais da Faixa de Gaza. Todavia, o número de caminhões importadores ainda era insuficiente para atender à demanda interna de Gaza média de 7.836 em 2015. Esse histórico de número de importações insuficientes se perpetua no

---

<sup>6</sup> A passagem de Kerem Shalom funciona apenas de segunda à quinta e os caminhões com destino à Gaza precisam operar em horários específicos, das seis da manhã até às três da tarde e o tempo de espera dos caminhões na passagem é em média de 45 minutos.

<sup>7</sup> Kerem Shalom, além de estar há 40 KM da Cidade de Gaza, região com maior densidade demográfica da Faixa de Gaza, também precisa percorrer 105 KM da rota 232 de Israel para chegar até a passagem de Tarqumiyah, entreposto por onde entram as mercadorias na Cisjordânia. Toda essa rota se faz necessária por que os entrepostos comerciais ao norte de Gaza que reduziram os custos do transporte e manteriam a segurança da carga, como o Karni (a 4 KM da cidade de Gaza) foram fechados por Israel.

cenário de pandemia, segundo o centro de pesquisas Gisha, em março de 2020, no começo da primeira onda do COVID-19, apenas 6.265 caminhões de mercadorias e suprimentos entraram em Gaza, e, em maio, o número caiu em quase 50%, somente 3.442 caminhões de carga entraram em Gaza levando suprimentos como remédios, materiais hospitalares e comida (Gisha, 2020). A rigidez imposta pelo governo de Israel no controle dos fluxos comerciais de Gaza provoca a escassez de itens básicos à sobrevivência como alimentos, materiais hospitalares, equipamentos médicos, remédios, luz elétrica e água.

O colapso do sistema de saúde da Faixa de Gaza frente ao cenário de pandemia exigiu que casos emergenciais pudessem ser tratados em hospitais israelenses, sendo necessário, portanto, cruzar a fronteira do bloqueio (B'TSELEM, 2021). No entanto, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, entre março de 2019 e fevereiro de 2020, cerca de 24 mil pedidos de palestinos localizados em Gaza foram enviados às autoridades israelenses e 8.5 mil deles foram negados ou não respondidos - vale ressaltar que esse número abrange mais de 2 mil crianças e 996 idosos (WHO in the occupied palestinian territory, 2020). A precariedade do sistema de saúde frente ao bloqueio de importações de materiais hospitalares, somado à impossibilidade de tratamento emergencial em hospitais israelenses, aprisiona os palestinos à realidade miserável da Faixa de Gaza criada e mantida pelo governo de Israel.

Vale a pena ressaltar brevemente que o bloqueio somado ao cenário de pandemia impacta também outros índices econômicos que afetam diretamente a qualidade de vida dos palestinos em Gaza. Em relatório desenvolvido pelo escritório em Genebra da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o PIB da Faixa de Gaza em 2020 foi 39.2% menor do que era antes do bloqueio em 2007, somando-se a isso a taxa de desemprego de 2020 que permaneceu no patamar de 46.6% (OCHA, 2021). A fragilidade e incapacidade local em responder às emergências econômicas também fez com que muitos palestinos residentes em Gaza perdessem seus trabalhos diante da impossibilidade de cruzar a fronteira, soma-se a isso a falência de pequenos negócios que dependiam da importação de materiais ou da atividade econômica interna para continuarem a funcionar. Por fim, vale a pena ressaltar outro agravante do cenário local. Segundo o *Gaza Electricity Distribution Company* (GEDCO), o fornecimento de energia elétrica em 2020 teve uma média de apenas 12 horas por dia, o que além de dificultar a quarentena e isolamento social, fraciona a atividade industrial da Faixa de Gaza, operando somente em determinados momentos do dia (OCHA, 2021). Fica claro que, ao contrário de muitos países que obtiveram sucesso em elaborar um plano de respostas



emergenciais, o bloqueio instituído à Faixa de Gaza somado à rigidez do governo de Israel agravou ainda mais as dificuldades palestinas à luz da pandemia.

No que tange à vacinação da população palestina, apesar das dificuldades políticas, econômicas, logísticas e sanitárias, a Autoridade Palestina passou a contar com o suporte da Organização Mundial da Saúde, que criou o COVAX Facility, um programa que auxilia na distribuição de doses de vacinas de imunização do coronavírus em países pobres - totalizando 190 países. Em março de 2021, a AP recebeu mais de 61 mil doses da vacina Pfizer e Astrazeneca do COVAX para auxiliar a campanha de imunização palestina (Unicef, 2021).

Em linhas gerais, após 14 anos de bloqueio terrestre, aéreo e marítimo e de três grandes ofensivas militares israelenses, Chumbo Fundido (2008), Pilar Defensivo (2012) e Margem Protetora (2014) que deixaram a região devastada, a pandemia exacerbou as condições precárias de sobrevivência dos palestinos em Gaza. Soma-se ao cenário catastrófico da Faixa de Gaza a constante ofensiva do governo de Israel frente ao cenário de pandemia respaldada na retórica de guerra ao COVI-19. Alinhado com o movimento internacional de guerra ao vírus, o governo de Israel incorporou as terminologias militares de guerra e segurança ao combate à pandemia de modo a justificar o constante controle dos civis por parte do Estado soberano. Dessa forma, a conjuntura de pandemia fez com que o governo de Israel possuísse ainda mais manobra política e militar para enrijecer o controle da Faixa de Gaza sob a prerrogativa de combate ao vírus, uma vez que os palestinos representam potenciais vetores de contaminação e, por isso, devem ser contidos e reclusados. (AUGUSTO, 2021).

### **Biopolítica e Necropolítica: as possibilidades de leitura do exercício da soberania israelense na Faixa de Gaza**

Tendo em mente como se deu o processo de infecções na Faixa de Gaza e como as autoridades locais tentaram responder emergencialmente frente ao bloqueio terrestre, marítimo e aéreo do governo de Israel, suportado pelo Egito, faz-se oportuno apresentar o diálogo conceitual que será utilizado para a posterior análise das políticas de Israel frente à Faixa de Gaza entre março de 2020 e junho de 2021. Para isso, a exposição parte do processo de entendimento de biopolítica de Foucault e em seguida, é possível delinear a respeito do conceito de necropolítica do camaronês Achille Mbembe. O diálogo entre ambos os autores

será utilizado como lente para compreender as políticas do governo de Israel liderado por Benjamin Netanyahu frente à Faixa de Gaza no contexto da pandemia no que diz respeito à política de bloqueio.

Ao longo da apresentação do curso *Em Defesa da Sociedade*, Michel Foucault apresenta algumas preocupações metodológicas necessárias para balizar os estudos em torno do entendimento de poder. Primeiro o autor salienta a preocupação em compreender o poder em suas extremidades, isto é, compreendê-lo regionalmente onde ele se faz real para além das regras do direito e do exercício jurídico. Em seguida, Foucault salienta que o poder será estudado em sua aplicabilidade, isto é, como ele se exerce diretamente frente ao que se pode dominar, os instrumentos e materiais de sujeição e, também, as tecnologias que determinam o *modus operandi* de dominação do poder. Em terceiro lugar, o autor sugere que o poder não seja entendido como algo homogêneo proprietário de algum indivíduo, ao contrário, deve ser compreendido como um fenômeno exercido em rede entre os indivíduos que a compõem, dessa forma, nenhum sujeito detém o poder, mas sim o exerce a medida em que o poder transita em rede. Por fim, Foucault determina que o poder precisa ser analisado nas instâncias mais baixas, onde o exercício da dominação do poder possui capilaridade, e, dessa forma, compreender como é exportado globalmente e anexado ao *modus operandi* da economia global (FOUCAULT, 2008, 31- 37.) Tendo em mente essas preocupações metodológicas a respeito do entendimento do poder, é possível compreender a formulação do conceito de biopolítica.

Num primeiro momento, a partir do entendimento da dinâmica das relações de poder entre soberanos e súditos da teoria clássica da soberania, Foucault delinea a respeito da inclusão da vida e da morte na esfera do poder político. Segundo esse pensamento, compete ao soberano o poder de deixar os súditos viverem e morrerem, dessa forma o súdito torna-se neutro frente a sua própria existência pois está submetido à vontade soberana de fazer morrer e deixar viver. Em outras palavras, equivale a dizer que o poder do soberano se exerce a partir do momento em que possui poder de matar, nesse ponto de apropriação do poder de matar Foucault enfatiza que no limite o poder não se exerce pelo cultivo da vida, mas pelo poder de definir quem morre (FOUCAULT, 2008, 286).

Durante os séculos XVII e XVIII, as técnicas e tecnologias de poder que tornavam possível o exercício do soberano de fazer morrer e deixar viver eram essencialmente centradas no corpo humano, de forma a estabelecer procedimentos capazes de controlar e

disciplinar os súditos, que se resumem no que Foucault chama de tecnologias disciplinares. A partir da segunda metade do século XVIII, essas tecnologias disciplinares se modificam e se integram a uma nova modalidade de exercício do poder do soberano que se exerce não somente sobre o corpo, mas, principalmente, sobre a vida. Essa nova técnica de exercício do poder, somado ao controle do corpo físico das tecnologias disciplinares, se exerce sobre os fenômenos que regulam a vida social, como o nascimento, o trabalho, as enfermidades, a sexualidade e a morte, Foucault nomeia essas técnicas de poder como biopoder (FOUCAULT, 2008, 287-289). A maneira como esse biopoder é executado configura o biopoder

A biopolítica lida com a população, e a população como um problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder. [...] A biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração (FOUCAULT, 2008, 292-293). [...] em resumo: de levar em consideração a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 2008, 294).

A soberania antes exercida pelo poder de fazer morrer a partir do controle do corpo do indivíduo, incorpora-se à soberania exercida a partir da biopolítica ao fazer viver e deixar morrer. Essa inversão na lógica de exercício da soberania é contemplada, também, pelo o que Foucault chama de desqualificação da morte (FOUCAULT, 2008, 294). Ao contrário da lógica do poder disciplinar, na ordem biopolítica a morte deixa de ser um fato a ser contemplado publicamente, isso quer a morte integra-se à dinâmica das populações como um fenômeno que a compõe e o poder soberano e se exerce, por exemplo, mediante o controle da mortalidade como fenômeno integrado à dinâmica social (FOUCAULT, 2008, 296).

O desafio do biopoder reside em encontrar a maneira do soberano exercer o direito de matar na dinâmica da biopolítica, na qual a vida é centralizada. Nesse ponto, o racismo configura-se como uma tecnologia de Estado orientadora do direito soberano de matar. Foucault ressalta que o racismo nunca se ausentou do palco da História, a diferença de atuação no contexto regulamentador da biopolítica é que o racismo torna-se uma tecnologia de Estado incorporada aos mecanismos de poder. Em outras palavras, o papel do racismo no contexto biopolítico é orientar a fragmentação populacional entre os que devem viver e os que podem e devem morrer. Observa-se que o princípio orientador racista é imprescindível para que o imperativo da morte se exerça na biopolítica. Por isso, em uma sociedade

normalizada e regulamentada pela biopolítica, o racismo é a tecnologia que torna possível o exercício soberano do direito de matar (FOUCAULT, 2008, 303-304).

Contudo, para além de um entendimento de confronto militar ou político, a atuação do biopoder se dá pelo princípio orientador biológico que identifica o perigo iminente à ordem do soberano e à sociedade, isso significa que o objeto do racismo não deve ser vencido por si só mas eliminado, uma vez que representa um perigo a ordem. Essa defesa da ordem social não se dá pelas vias do poder disciplinar, mas pelas do biopoder, segundo Foucault, “[...] por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc”. (FOUCAULT, 2008, 306).

O camaronês Achille Mbembe também se afasta do entendimento jurídico da soberania para analisar as relações de poder que determinam quem vive e quem morre. Mbembe constrói o entendimento de que a expressão máxima da soberania não se encontra no cultivo da vida, mas no poder sobre a produção da morte ainda em vida a partir da reinscrição da morte na esfera do exercício do poder soberano (MBEMBE, 2021, 5).

Mbembe sugere um conceito de soberania que parte do entendimento da instrumentalização da vida e da morte do sujeito que constitui o corpo social. Em linhas gerais, Mbembe define a política como o poder de violar os limites de um espectro de proibições naturais estabelecidas entre os sujeitos, como a morte, e a soberania se exerce quando essa violação se faz tão plenamente que se torna um direito, isto é, o direito soberano de matar (MBEMBE, 2021, 5-16). A morte supera a condição de aniquilação da vida, o autor sugere um entendimento de morte que avança para a esfera existencial onde a morte pode ser experienciada ainda em vida, quando o indivíduo é reduzido a nada (MBEMBE, 2021, 13).

Nesse ponto, Mbembe dialoga com o conceito de biopolítica pois estabelece uma categorização social entre os que devem viver e os que devem morrer condicionada a um princípio orientador necessariamente racista. Dessa forma, o racismo permite que o necropoder se exerça de forma a tornar possível e aceitável um parâmetro de categorização em torno do direito de matar do soberano (MBEMBE, 2021, 18). Historicamente o racismo definiu processos de subjugação, sobretudo nas práticas ocidentais, o que o torna uma tecnologia atemporal para a desumanização e dominação de povos.

A escravidão pariu o terror dos Estados modernos com a instauração da estrutura jurídica política do esquema de *plantation*, que torna possível todo o aparato de

comercialização da vida, a partir do direito de propriedade do corpo do outro (FOUCAULT, 2008, 307). Nesse contexto, a condição de escravo produz a desumanização da vida do negro que perde o direito de viver a própria vida em sua plenitude frente à dominação absoluta do seu ser (MBEMBE, 2021, 28). Esse comércio escravocrata é conduzido pela violência que se dá desde o momento de categorização racista entre os que devem morrer existencialmente, permeia toda a existência do escravo impondo-o sofrimentos, até a aniquilação física de sua vida, quando a morte torna-se um ato de liberdade. Nessa leitura, Mbembe evidencia que a morte é experienciada ainda em vida - essa condição corresponde à dominação absoluta do outro impondo a desigualdade do direito de viver (MBEMBE, 2021, 27).

A divergência entre Foucault e Mbembe reside no contexto político em que o direito do soberano sobre a vida e a morte se exerce, pois para o primeiro esse direito se faz possível no contexto de normalidade criado pela biopolítica pois a morte é incorporada como um fenômeno natural, enquanto para Mbembe, essa desigualdade em relação ao poder de viver baseada em relações racistas manifesta-se somente num contexto de estado de exceção.

Em sua obra *Politische Theologie* (1922), Carl Schmitt define como soberano aquele quem tem o poder de decretar estado de exceção - Giorgio Agamben ressalta que as teorias sobre estado de exceção ainda são escassas no âmbito do direito público devido à dificuldade de se definir sobre quais necessidades se baseia a exceção (AGAMBEN, 2015, 13). Ainda assim, a partir da lente conceitual schmittiana pode-se considerar que o imaginário social racista europeu é central para conceber o estado de exceção experienciado nas colônias, uma vez que o *outro* colonizado representa o que deve ser dominado para que a vida do colono seja possível (MBEMBE, 2021, 33).

[...] o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. [...] A guerra colonial não está sujeita a normas legais institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. Em vez disso, o terror colonial e entrelaçam constantemente com o imaginário colonialista, caracterizado por selvagens, morte e ficções que criam um efeito de verdade (MBEMBE, 2021, 36). [...] em configurações como essas, a violência constitui uma forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania (MBEMBE, 2021, 38).

Mais à diante, assim como nas colônias, Mbembe resgata Hannah Arendt e Giorgio Agamben para compreender os campos de concentração nazistas para além de uma suspensão temporal do estado de direito, mas como uma condição espacial permanente onde as condições de vida em si só condicionam a morte (MBEMBE, 2021, 7). O Estado nazista

resgatou mecanismos e tecnologias biopolíticas para tornar o direito de matar judeus coexistente com o cultivo da vida ariana, de forma que a guerra e a política são levadas ao limite (MBEMBE, 2021, 37). Nas palavra de Foucault, “o Estado nazista tornou absolutamente coexistivos o campo de uma vida que ele organiza, protege, garante, cultiva biologicamente, e, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar” (FOUCAULT, 2008, 311).

Com isso, fica claro que, enquanto Foucault e Mbembe compartilham de princípios norteadores como a centralização do poder de produzir a morte e o racismo de Estado, ambos diferem sobre em quais contextos essa ordem se exerce. A biopolítica sugere que a morte torna-se um fenômeno incorporado à sociedade dentro da normalidade do estado de direito, quanto Mbembe defende que o poder de produzir a morte se faz mediante políticas de necropoder possíveis, somente, num contexto de Estado de exceção. A partir disso, convém apresentar a atuação do governo de Israel frente à Faixa de Gaza no contexto de pandemia, para indicar qual a lente teórica mais adequada para analisá-las.

### **O novo paradigma de segurança israelense e o COVID-19 como tecnologia de morte na Faixa de Gaza**

Num primeiro momento, antes de analisar a atuação do governo de Israel no que diz respeito à política do bloqueio à Faixa de Gaza no contexto de pandemia, é oportuno delinear brevemente a respeito dos processos que tornaram possível o exercício da soberania israelense na Palestina histórica. Em seguida, é possível entender o assentamento político que orientou a atuação israelense na Faixa de Gaza no contexto da pandemia do COVID-19.

Foucault apresenta os desdobramentos do estágio moderno do imperialismo pós Segunda Guerra Mundial, experienciado especialmente pelos países africanos e médio orientais, que, bem como no período colonial, consagrava a violência uma forma de exercer o direito de matar mediante a exceção estabelecida pelo soberano, contudo, com novas técnicas e tecnologias de exercício (MBEMBE, 2021, 38). Nessa fase moderna do imperialismo no que tange a organização política, as potências dominantes estabelecem novas hierarquias a partir de uma categorização social que define a dinâmica da dominação territorial. Isso significa que no interior da própria sociedade colonizada estabelecem-se diferentes níveis de jurisdição, na qual a violência é a forma original de execução de direito soberano (SAID,

2012, 13).<sup>8</sup> Nesse ponto é importante lembrar a preocupação metodológica de Foucault em entender o poder como um fenômeno que se exerce em rede e nas extremidades na forma mais pura de dominação e sujeição do colonizado.

Ainda no que diz respeito a exploração e dominação territorial, Mbembe menciona as novas tecnologias que fazem parte desse novo estágio do imperialismo, como as ferrovias coloniais, novas linhas de barcos a vapor, uma infraestrutura desenvolvida e telégrafo que compõem uma nova dinâmica do estágio imperialista (MBEMBE, 2021, 38). Essa nova dinâmica territorial estabelece a fragmentação do território colonial que passa a ser subdividido em zonas de exploração comandadas por autoridades locais como milícias e organizações paramilitares.<sup>9</sup> Dentro desses territórios menores, em consonância com as diretrizes da dominação imperial, também são categorizadas as vidas que devem ser cultivadas e a que devem ser dominadas e, no limite, mortas.

Seguindo essa linha de raciocínio, Mbembe ressalta que o processo da ocupação sionista na Palestina histórica configura um dos melhores casos para estampar as estratégias e técnicas de colonização imperialista pós Segunda Guerra Mundial. O exemplo mais gritante que a Palestina ilustra é a fragmentação territorial que cria obstáculos e zonas intransponíveis, com o objetivo de despalestinizar o território, enfraquecer a mobilidade dos movimentos de resistência ao segregar espacialmente os palestinos. Assim, costura-se uma malha territorial, aérea e subterrânea protegida por aparatos militares que determinam quem entra, quem sai, quem morre e quem vive como um morto isolado.

Ainda no que diz respeito à fragmentação territorial da Palestina histórica, o arquiteto britânico Eyal Weizman delinea a respeito da política de ocupação sionista após a Guerra de 1967 nomeada como política de verticalidade, na qual o Estado Judeu exerce seu modelo de fragmentação espacial com base nas limitações geográficas naturais considerando, por

---

<sup>8</sup> A execução do Mandato britânico na Palestina viabilizou em termos práticos o programa sionista e, num primeiro momento o principal instrumento de colonização foi a migração em massa de Judeus para a Palestina, induzindo uma desproporção demográfica. Said expõe que apesar dos esforços migratórios, até 1948 a maioria era inquestionavelmente árabe, em 1931 o número de judeus não nativos representava por volta de 16% da população, em 1936 esse número subiu para 28% e em 1946 eram 32%. Ou seja, a maioria sempre foi árabe palestina, a maioria era composta por muçulmanos sunitas, mas havia xiitas, cristãos e drusos.

<sup>9</sup> Gattaz delinea como a gênese do militarismo israelense os grupos sionistas terroristas que cresceram na Palestina na década de 1940 que apesar das vertentes sionistas divergentes entre eles, sendo alguns revisionistas, cumpriam um propósito prático em comum, saquear casas palestinas, exterminar pequenas comunidades, queimar e roubar plantações e rebanhos, sendo as três organizações paramilitares principais Haganah, Palmach, Irgun/Etzel e Lechi.

exemplo, a presença de colinas, vales e redes hídricas, o que exigiu um intenso trabalho profissional especializado composto por técnicos, engenheiros e arqueólogos, para a construção de estradas, túneis e muros que possibilitam uma mobilidade rápida às forças militares israelenses. *“The horizon became a political boundary, separating the air from the ground. At the same time, another boundary – dividing the crust of the ground from the earth under it – has appeared”*<sup>10</sup> (WEIZMAN, 2002). Dessa forma, é possível entender que a ocupação sionista não se limita a dominar territorialmente a Palestina, mas sim a estabelecer um regime de controle, vigilância e reclusão, no qual o poder de produzir a morte em qualquer espaço seja aéreo, territorial ou subterrâneo, atribui soberania ao Estado Judeu (MBEMBE, 2021, 45).

Cada espaço de controle possui um papel determinado para reiterar a soberania do Estado Judeu. O aéreo, por exemplo, é policiado por drones, câmeras, sistema de alerta, sensores eletrônicos, satélites, caça a jato, mísseis, aviões preparados para identificar e matar com alta precisão e um sistema de segurança nomeado como cúpula de ferro, capaz de desviar qualquer míssil apontado para ocupado por Israel (MBEMBE, 2021, 47). No solo, tem-se as demolições de casas, destruição de plantações, extermínio de vilas e construção de checkpoint e muros, engendradas por técnicas modernas como a ciber inteligência que possibilita a mobilização de aparato militar e de construção civil de ponta (MBEMBE, 2021, 50). No subsolo o controle se dá, por exemplo, por meio do esgotamento de abastecimento de redes hídricas e construção de túneis que possibilitam um deslocamento mais ágil para o exército ocupante. Dessa forma, a população submetida à colonização moderna, como os palestinos, é constantemente impedida de viver em liberdade, é segregada, controlada, vigiada e, no limite, programada para ser morta.

Ao longo do tempo e das sucessivas vitórias militares, o sucesso de consolidação do Estado de Israel, construído mediante tecnologias de violência ganhou notoriedade internacional, o que fez com que seu modelo e estratégia de coerção fossem exportados internacionalmente, no que é nomeado como mercado da segurança. Esse novo paradigma de segurança, do qual Israel é pioneiro, está intrinsecamente vinculado com a quarta premissa metodológica que Foucault estabeleceu em seu curso - isto é, de que o poder precisa ser analisado nas instâncias mais baixas, onde o exercício da dominação do poder possui

---

<sup>10</sup> “O horizonte tornou-se uma fronteira política, separando o ar do chão. Ao mesmo tempo, outra fronteira – dividindo a crosta do solo da terra sob ela – apareceu”. Tradução da autora.



capilaridade, e, dessa forma, compreender como é exportado globalmente e anexado à economia global.<sup>11</sup> O modelo de segurança israelense se integra à consolidação da racionalidade neoliberal na esfera internacional formando um novo paradigma securitário a partir da securitização da vida, da constituição de um urbanismo militarizado e da gestão da morte.

A securitização ocorre com a expansão do entendimento de segurança para além das limitações de soberania do Estado. Um objeto identificado como ameaça à ordem ou à segurança da sociedade precisa ser tratado no âmbito do debate político como alvo a ser contido, monitorado e, no limite, morto - isso significa que este objeto está securitizado. Segundo Thiago Rodrigues, esse processo de securitização da vida se deu, sobretudo, a partir dos anos 1990, mediante o alinhamento dos discursos diplomático-militares dos Estados com os da ONU, ao tratarem um conjunto de fenômenos e problemas como ameaças à segurança e estabilidade do sistema internacional (RODRIGUES, 2013, 142).

Stephen Graham, em sua obra *Cidades Sitiadas*, defende que uma das principais características da securitização é o urbanismo militar, que incorpora técnicas e tecnologias de guerra no ambiente cívico por meio da militarização da vida urbana. O autor defende que esse novo urbanismo militar se manifesta para além dos aspectos físicos de uma polícia militarizada, mas também mediante a utilização de tecnologias (*spin-offs* militares) de controle e monitoramento como drones, GPS, biometria, reconhecimento facial e raio-x (GRAHAM, 2017, 116). Nas palavras de Thiago Rodrigues

[...] nesse ambiente, atravessado por fluxos produtivos, de imagens, discursos, práticas de governo e resistências próprios à sociedade de controle [...] os problemas de governo e de segurança para os Estados e as novas centralidades que se articulam [...] demandam redimensionamentos dos dispositivos de segurança.

---

<sup>11</sup> O nascimento do neoliberalismo remonta a crise da década de 1930, quando o contexto internacional de recessão econômica evidenciava a urgência de uma refundação teórica do liberalismo clássico já esgotado. O Colóquio Walter Lippman, em 1938 na França, reuniu pensadores como Hayek e Friedman com o objetivo de pensar um conjunto de ideias que formulariam essa nova racionalidade econômica. A partir da década de 1980, com o pioneirismo de Reagan, nos EUA, Thatcher, no Reino Unido e Pinochet no Chile, no contexto do Consenso de Washington, o neoliberalismo ganha formas em termos de diretrizes políticas e econômicas que passam a ser defendidas como a flexibilização e desregulamentação do trabalho, reforma das políticas públicas assistencialistas e privatizações. Sobre neoliberalismo e segurança, ver: [https://www.academia.edu/42444431/Racionalidade\\_neoliberal\\_e\\_seguran%C3%A7a\\_embates\\_entre\\_democracia\\_securit%C3%A1ria\\_e\\_anarquia](https://www.academia.edu/42444431/Racionalidade_neoliberal_e_seguran%C3%A7a_embates_entre_democracia_securit%C3%A1ria_e_anarquia)

Por fim, nesse cenário de vida urbana securitizada e militarizada que rege a gestão das ameaças orienta-se de modo a identificar potenciais riscos à soberania do Estado e à ordem social, por meio da vigilância, do controle e da morte.

A partir do entendimento de que o modelo de segurança israelense construído ao longo do processo de ocupação e colonização da Palestina histórica, se integra ao neoliberalismo e serve como uma vitrine de sucesso da securitização e militarização da vida urbana. A instrumentalização das técnicas e tecnologias desse modelo de segurança variam nas regiões do território palestino ocupado, mas obedecem à mesma prerrogativa securitária israelense. No caso da Faixa de Gaza as tecnologias são empregadas nos limites territoriais do bloqueio, no espaço aéreo, por meio da presença dos drones, dos mísseis, da caça a jato e da cúpula de ferro que compõem o sistema de defesa israelense, no solo as tecnologias de armamento militar de ponta como fuzis se integram aos checkpoints e postos de controle extremamente vigiados e controlados pela Forças de Defesa de Israel.

Também é importante delinear a respeito dos ataques israelenses à Faixa de Gaza que se intensificaram em maio de 2021, em meio ao contexto da segunda onda do COVID-19. A Faixa de Gaza voltou a ser alvo de ataques aéreos em virtude das manifestações populares em apoio aos palestinos do bairro Sheik Jarrah e da impossibilidade dos fiéis islâmicos frequentarem o complexo de Al Aqsa ao longo do Ramadã, impedidos pela Forças de Segurança de Israel. Segundo o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), o governo de Israel disparou em direção à Faixa de Gaza bombas, mísseis e ataques no mar, deixando mais de 242 palestinos mortos, incluindo 62 crianças (United Nations Human Rights Council. , 2021).

Segundo *Times of Israel*, Netanyahu defendeu a ofensiva israelense como “Essa é uma batalha entre a tolerância e a intolerância, entre a ausência de lei e a ordem”, indicando que a violência sem lei é atribuída à presença palestina na região e, a ordem a ofensiva israelense (Times of Israel, 2021). O governo de Israel defende que os ataques direcionados à Faixa de Gaza tinham como alvo os integrantes do Hamas e suas instalações militares, no entanto o número de mortos e o grau de destruição civil demonstram o contrário (Gisha Statistics) A tecnologia de ponta israelense, não só voltada para ataques mas também para defesa, como a cúpula de ferro, faz com que a prerrogativa de segurança civil da população judaica beire ao delírio sionista, uma vez que o bloqueio e intenso controle do fluxo de

pessoas e mercadorias nas fronteiras da região impedem qualquer tipo de desenvolvimento militar à altura combativa da israelense.

No contexto dos ataques, relatos de profissionais da saúde do Hospital Europeu, o qual conta com apenas 15 leitos, da cidade de Khan Younis, relatam que comumente eram feitas transferências noturnas tanto de pacientes quanto de enfermeiros e cirurgiões, pois a necessidade de tratamento de casos de COVID-19 concomitante aos casos emergenciais oriundos de ataques aéreos que causam lesões, perdas de membros, sentidos e hemorragias esgotam o número de profissionais e recursos hospitalares disponíveis (G1, 2021).

A infraestrutura do sistema de saúde da Faixa de Gaza já se encontrava longe do ponto de estrangulamento, devido às condições precárias de suprimentos, materiais e profissionais causados pelo bloqueio imposto pelo governo de Israel. Por isso, a presença do vírus tornou a conjuntura ainda mais alarmante, uma vez que somado às urgências médicas oriundas dos ataques aéreos israelenses, o ritmo de contaminação dificilmente controlável exigiu ainda mais do sistema de saúde assolado. Nesse cenário, evidencia-se a insuficiência de recursos hospitalares internos capazes de atender às demandas palestinas na Faixa de Gaza, contudo frente à impossibilidade de recorrer às instalações israelenses, muitos palestinos morreram à espera de atendimento, remédio ou oxigênio.

Na mesma linha de raciocínio, as restrições do fluxo de palestinos nas fronteiras de Gaza tornaram-se ainda mais restritivas na pandemia. Segundo estudos levantados pela Gisha, após um ano de pandemia e, conseqüentemente, do enrijecimento do bloqueio à Faixa de Gaza, em março de 2021 o fluxo de pessoas permitido pelo de checkpoint de Erez representa apenas 6% do número pré-pandemia (Gisha, 2021). Observa-se que ao contrário de outros países que gradualmente reabriram as fronteiras, na Faixa de Gaza elas permaneceram fechadas sem a possibilidade de retorno mínimo ao cenário pré-pandemia, evidenciando que a Faixa de Gaza não possui sequer o mínimo controle sobre suas fronteiras, o que mantém os palestinos aprisionados num contexto miserável de sobrevivência.

Vale a pena mencionar brevemente, que na leitura de Paulo Arantes em *O novo tempo do mundo*, os *checkpoints* israelenses configuram a forma mais requintada e caótica de gestão dos corpos, por meio da instituição da espacialização da disciplina de espera, na qual os corpos palestinos são expropriados do seu próprio tempo, que é morto durante as horas intermináveis de espera pela autorização de ir e vir. Nas palavras de Paulo Arantes

[...] a completa exaustão moral e psíquica dos condenados a transitar por esse labirinto em que a principal arma para entranhar nos derrotados o sentido da própria humilhação é a espera, e uma espera que não poupa doentes, idosos ou crianças [...] quando se demora horas para ultrapassar uma faixa de poucos metros, não se pode deixar de pensar que, para além do controle e da segurança, nos defrontamos com o suplemento indispensável, o inconfundível desenho de uma arquitetura punitiva (ARANTES, 2015, 182).

Com esse entendimento fica claro que o objetivo do governo de Israel em não flexibilizar o trânsito de pessoas na fronteira com a Faixa de Gaza, trata-se de manter os palestinos que já estavam acostumados a humilhação da ultrapassagem, punidos dentro de um cerco precário, miserável construído e mantido pelo governo de Israel.

Em virtude de todo esse contexto de pandemia somado às hostilidades do governo de Israel, é possível defender que a política israelense frente Faixa de Gaza se aproxima da leitura de Achille Mbembe a medida em que a excepcionalidade da Faixa de Gaza trata se de um estado de exceção permanente, imposto pelo soberano que possui o poder de exercer a categorização de quem vive e morre. Somado à presença do COVID-19 é possível entender que os objetivos da política do governo de Israel liderado por Benjamin Netanyahu, orientaram-se no sentido de instrumentalizar a retórica da pandemia incorporada às terminologias militares de guerra ao vírus como uma arma de guerra capaz de asfixiar os palestinos num cerco criado pelo próprio governo israelense - isto é, o COVID-19 integrou-se ao paradigma de segurança israelense como uma arma de guerra aos palestinos.

### **Considerações Finais**

Este trabalho teve como objetivo entender como a presença do COVID-19 foi instrumentalizada pelo governo de Israel na Faixa de Gaza entre março de 2020 e junho de 2021 - o recorte temporal possibilitou delinear a respeito do começo da pandemia na Faixa de Gaza e seus desdobramentos até a queda de Benjamin Netanyahu como primeiro-ministro. Observa-se que o bloqueio fronteiriço imposto à Faixa de Gaza desde 2007 e a pouca atratividade econômica e turística da região fez com que o coronavírus demorasse para se tornar uma emergência na região. No entanto, a medida em que as dificuldades palestinas são apresentadas como a falta de suprimento de recursos médicos e hospitalares, a ruína econômica da região em virtude da perda de empregos e falência de pequenos negócios, observa-se que o bloqueio foi ainda mais enrijecido de modo a impossibilitar qualquer

margem de manobra das autoridades e civis da região capazes de responder às emergências da conjuntura de pandemia.

Num primeiro momento, a fim de utilizar lentes conceituais que possibilitem a melhor leitura do objeto, foi colocado em diálogo dois conceitos que se coadunam entre si mas que divergem em determinadas nuances. Observou-se que o conceito de necropoder do Achille Mbembe proporciona os instrumentos necessários para entender como o governo de Israel instrumentalizou a conjuntura de pandemia na Faixa de Gaza. Percebe-se que a presença do COVID-19 se integrou ao modelo de segurança israelense, tornando-se uma arma de guerra que obedeça aos objetivos sionistas de controle da presença palestina. Em outras palavras, a retórica da guerra ao vírus foi incorporada à guerra sionista na Palestina e utilizada como mais um instrumento de execução da morte dos palestinos na Faixa de Gaza.

Considerando o cenário de pandemia, o enrijecimento do bloqueio fronteiriço entre Israel e a Faixa de Gaza não se limitou ao trânsito de pessoas, mas também ao de mercadorias. A lista de materiais permitidos a entrarem na região, os horários de entrada e saída da passagem de Kerem Shalom, somada à falta de suprimentos e recursos médicos fez com que os hospitais palestinos não suportassem a demanda de casos, o que fez com que muitos não tivessem acesso a atendimento, remédios, leitos ou oxigênio. Soma-se a isso a impossibilidade das autoridades locais de responderem às emergências econômicas decorrentes do aumento do desemprego e falência de pequenos e médios negócios. Dessa forma, entende-se que o bloqueio foi utilizado pelo governo de Israel para manter o vírus circulando na Faixa de Gaza e impedir qualquer tipo de melhora no cenário sanitário e econômico, deixando a população civil à mercê do cenário caótico que Israel criou e mantém.

Além disso, o recorte temporal também permitiu delinear a respeito dos ataques israelenses à Faixa de Gaza em maio de 2021, decorrentes das manifestações em apoio aos palestinos do bairro de Sheik Jarrah e contra o impedimento de fiéis islâmicos visitarem o complexo de Al Aqsa no período do Ramadã. Segundo o governo de Netanyahu os ataques estavam direcionados às bases militares do grupo Hamas, no entanto a ofensiva vitimizou mais de duzentos civis, o que fez com que essas demandas emergenciais fossem levadas aos hospitais já esgotados pela insuficiência de recursos decorrentes do cenário de pandemia.

A partir dessa leitura, fica claro que a instrumentalização do contexto de pandemia provocada pela presença do COVID-19 na Faixa de Gaza foi instrumentalizada pelo governo de Israel para reforçar o estado de exceção criado desde 2007, mas num contexto ainda mais

caótico à sobrevivência palestina na região. A orientação racista da política do governo israelense proporcionou a categorização das vidas sujeitas à asfixia e às elegíveis ao atendimento médico e à vacina. A presença palestina na região é da Faixa de Gaza é contida, controlada, monitorada, vigiada e morta a medida em que representa um perigo ao sionismo político do governo israelense, na mesma proporção que representa um perigo ao controle da pandemia em Israel, uma vez que os palestinos são enxergados como vetores contaminantes.

Além de ser utilizado como arma de guerra, as políticas do governo de Israel de gestão do COVID-19 na Faixa de Gaza, somado ao modelo de segurança vigente, criam um cenário de miséria existencial composto pela ausência de condições mínimas de uma vida com dignidade, ao ponto dos palestinos aprisionados experienciar a morte ainda em vida. Em outras palavras, em razão da instauração do bloqueio desde 2007, somado à inflexibilidade fronteiriça com a amenização do cenário de pandemia, o governo de Israel faz com que os palestinos na Faixa de Gaza não tenham direito à água, energia, estudos, trabalho, comida, tecnologia ou entretenimento, isso significa que não possuem propriedade sobre a própria vida e estão submetidos às condições de vida que o governo de Israel determinar - a morte do palestino, nesse sentido, não se resume a aniquilação física mas também a morte existencial.

O racismo de Estado é impressionante na categorização do Estado Judeu de quem deve morrer em virtude do COVID-19. Essa categorização obedece à prerrogativa de proteção da existência do Estado em aniquilar ou manter em condições de vida mortíferas, o sujeito que representa um perigo à existência do soberano. No contexto do conflito entre Israel e a Palestina, indubitavelmente, a política racista de morte do soberano está orientada a matar palestinos, ou a mantê-los em condições de vida tão miseráveis que tornam impossível ou ineficaz a resistência palestina. A conjuntura de pandemia instrumentalizada pela metáfora da guerra ao vírus, fez com que o palestino também se representasse um inimigo a ser compatido, uma vez que representa um vetor contaminante de perturbador da ordem de compate ao vírus. Dessa forma, para o governo de Israel, a guerra ao COVID-19 é também a guerra à Palestina.

O necropoder do governo de Israel à luz da pandemia também pode ser lida sob a ótica do programa de vacinação israelense, que também obedece à categorização racista do soberano de quem deve morrer ou viver à mercê da contaminação e reações do COVID-19. Em relatório divulgado pelo *Israel Journal of Health Policy Research*, observa-se o detalhamento do programa de imunização israelense e no que tange a vacinação da população

palestina, no entanto, o então Ministro da Saúde de Israel, Yuli Edelstein, argumenta que conforme estabelecido nos Acordos de Oslo (1995), a Autoridade Palestina é o órgão responsável pela gestão de pandemias nos territórios Palestina - Cisjordânia e Faixa de Gaza. Ao rebater as críticas da Organização Mundial da Saúde, Edelstein reforçou que o governo israelense não entende como sua obrigação a vacinação da população palestina e ainda reforçou que a Autoridade Palestina quem deveria recorrer ao governo de Israel para pedir ajuda em relação aos efeitos da pandemia (Times of Israel, 2021). Segundo o programa de vacinação do governo de Israel

Israel's vaccination program covers all persons covered by Israel's National Health Insurance Law as well as additional groups, such as soldiers (who are entitled to health care via the IDF) and prisoners (who are entitled to health care via the Prisons Law). Undocumented migrant workers are not covered. The Palestinian Authority is responsible for the health and health care of Palestinian residents of Gaza and the West Bank. This includes responsibility for providing vaccinations against COVID-19. Thus, in general, they are not included as part of Israel's vaccination program. In contrast, Palestinian workers legally residing in Israel by virtue of a residence permit granted to them as part of a family reunification procedure, as they are covered by the NHI (ROSEN, WAITZBERG, ISRAELI, 2021).<sup>12</sup>

Dessa forma, entende-se que a excepcionalidade do contexto criado pelo governo de Israel na Faixa de Gaza configura uma situação de completa miséria existencial num contexto de estado de exceção permanente, no qual as condições de vida em si já condicionam a morte física ou existencial do sujeito - assim como nos campos de concentração nazistas. Entende-se que a atuação do governo de Israel frente à Faixa de Gaza à luz da pandemia, necessariamente é exercida a partir do necropoder, uma vez que a categorização racista do governo de Israel direciona a política de morte nos territórios da Palestina na Faixa de Gaza. A prerrogativa da soberania israelense sustentada pela capacidade de exercer o necropoder é capaz de absorver o coronavírus e integrá-lo às políticas de morte instituídas na Faixa de Gaza, o que faz com que a retórica de guerra ao vírus seja também a guerra aos palestinos. Nesse contexto, para além de morte física causada pelo vírus e pelos concomitantes ataques

---

<sup>12</sup> O programa de vacinação de Israel abrange todas as pessoas cobertas pela Lei Nacional de Seguro de Saúde de Israel (NHI), bem como grupos adicionais, como soldados (que têm direito a cuidados de saúde através do IDF) e prisioneiros (que têm direito a cuidados de saúde através da Lei de Prisões). Os trabalhadores migrantes indocumentados não são abrangidos. A Autoridade Palestiniana é responsável pela saúde e cuidados de saúde dos residentes palestinos de Gaza e da Cisjordânia. Isso inclui a responsabilidade de fornecer vacinas contra o COVID-19. Assim, em geral, eles não são incluídos como parte do programa de vacinação de Israel. Em contraste, os trabalhadores palestinos que residem legalmente em Israel em virtude de uma autorização de residência concedida a eles como parte de um procedimento de reagrupamento familiar, uma vez que estão cobertos pelo NHI. [Tradução da autora]

militares, a situação de miséria que rege a vida palestina na Faixa de Gaza, em si só, já proporciona a morte ainda em vida, a medida em que o sujeito civil não possui propriedade sobre a própria vida. A política de morte imposta pelo governo de Israel à Faixa de Gaza utiliza-se do contexto de pandemia para isolar os palestinos e matá-los brandamente física e existencialmente.

## Referências bibliográficas

- ABUHABIBA, AA; ABU-AITA, S.N; AL-SMERI, Ibtesam. Unique situation of Gaza Strip dealing with COVID-19 crisis. In: *Elsevier Ltd on behalf of the International Journal of Infectious Diseases*, 2020. Disponível em: <[https://www.ijidonline.com/article/S1201-9712\(20\)30699-8/pdf](https://www.ijidonline.com/article/S1201-9712(20)30699-8/pdf)> Acesso em 14 de Setembro de 2021
- AUGUSTO, Acácio. Guerra e Pandemia: produção de um inimigo invisível contra a vida livre. In: n-1 edições, 2021. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/textos/51>> Acesso em 20 Janeiro 2021.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]**. Boitempo Editorial, 2015.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. Boitempo Editorial, 2015.
- BARAKAT, Sultan; MILTON, Sansom; ELKAHLOUT, Ghassan. The Gaza Reconstruction Mechanism: Old Wine in New Bottlenecks. In: *Journal of Intervention and Statebuilding*, 12:2, 208-227. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/17502977.2018.1450336?needAccess=true>> Acesso em 28 de Setembro de 2021.
- CATTAN, Henry. **Palestine and international law: the legal aspects of the Arab-Israeli conflict**. Longman Publishing Group, 1976.
- COUTTE, Alain. **A manipulação Sionista**. Editora Imaginário, 2005.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2017.
- FOUCAULT, Michel. Aula 17 de março de 1976. In: **Segurança, território, população. Curso dado no Collège de France (1977)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GATTAZ, André Castanheira. **A guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada**. Usina do livro, 2003.



MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. n-1 edições, 2019.

OPITZ, Sven. “O governo não ilimitado — o dispositivo de segurança da governamentalidade não-liberal”. In *Revista Ecológica*. São Paulo: PUC-SP, 2011-2012 ,v.2, p. 3-36. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9075>>. Acesso em 11 Julho 2021.

RODRIGUES, Thiago. Ecológica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático policial. In: *Revista Ecológica*, n. 5, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/15217/11351>>. Acesso em 20 Outubro 2021.

SAID, Edward. **A questão da Palestina**. São Paulo. Editora UNESP 2012.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. **Cultura e política**. Boitempo Editorial, 2003.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. Boitempo Editorial, 2017.

PILGER, John. **Os novos senhores do mundo**. Editora Record, 2004.

ROSEN, Bruce; WAITZBERG, Ruth; ISRAELI, Avi. Israel’s rapid rollout of vaccinations for COVID-19. In: Rosen et al. *Israel Journal of Health Policy Research*, 2021 Disponível em: <[https://www.scienceopen.com/document\\_file/795328fa-5642-4d75-93af-69df17035eeb/PubMedCentral/795328fa-5642-4d75-93af-69df17035eeb.pdf](https://www.scienceopen.com/document_file/795328fa-5642-4d75-93af-69df17035eeb/PubMedCentral/795328fa-5642-4d75-93af-69df17035eeb.pdf)>. Acesso em 20 Maio 2021.

WEIZMAN, Eyal. Maps of Israeli Settlements. In: **Open Democracy**, 24 Abril 2002. Disponível em: <[https://www.opendemocracy.net/en/article\\_631jsp/](https://www.opendemocracy.net/en/article_631jsp/)> Acesso em 11 de Julho de 2021.

## Documentos

The situation of workers of the occupied Arab territories. **Report of the Director-General, International Labour Conference 109th Session, 2021**. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms\\_793285.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_793285.pdf)> Acesso em 28 de Setembro de 2021.

**Palestinian National Authority Ministry of Health Unit of Information System**. 13 de Abril de 2020. Disponível em:

<[https://www.moh.gov.ps/portal/wp-content/uploads/2020/04/Corona-Eng.-13-4.pdf?fbclid=IwAR30SUB5-qwtmNAgmKXb7vUZ\\_7a\\_Y74eLsaSAR8JgPrjtyOodLKNggX7neI](https://www.moh.gov.ps/portal/wp-content/uploads/2020/04/Corona-Eng.-13-4.pdf?fbclid=IwAR30SUB5-qwtmNAgmKXb7vUZ_7a_Y74eLsaSAR8JgPrjtyOodLKNggX7neI)> Acesso em 14 de Setembro de 2021.

**State of Emergency. Palestine's COVID-19 Response Plan.** Disponível em: <[http://www.emro.who.int/images/stories/palestine/documents/Palestine\\_Authority\\_COVID-19\\_Response\\_Plan\\_Final\\_26\\_3\\_2020.pdf?ua=1](http://www.emro.who.int/images/stories/palestine/documents/Palestine_Authority_COVID-19_Response_Plan_Final_26_3_2020.pdf?ua=1)> Acesso em 21 Setembro de 2020.

## Notícias

Arrival of first wave consignment of COVAX COVID-19 vaccine doses to the State of Palestine. **Unicef**, 21 Março 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/press-releases/arrival-first-wave-consignment-covax-covid-19-vaccine-doses-state-palestine>> Acesso em 24 de Maio de 2021.

Assolados pela Covid, hospitais de Gaza agora lidam com feridos dos ataques aéreos de Israel. **G1**, 14 Maio de 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/05/14/assolados-pela-covid-hospitais-de-gaza-agora-lidam-com-feridos.ghtml>> Acesso em 20 de Dezembro de 2021.

**COVID-19 Tracker, Territórios Palestinos.** Disponível em: <<https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/countries-and-territories/palestinian-territories/>> Acesso em 20 de Junho de 2021.

**COVID-19, Tracker.** Disponível em: <<https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/pt/countries-and-territories/israel/>> Acesso em 20 junho 2021.

Entrance of goods to Gaza from Israel. **Gisha - Legal Center for Freedom of Movement**, 30 Junho 2020.

Disponível em: <<https://gisha.org/en/graph/goods-entering-gaza/>> Acesso em 21 de Setembro de 2021.

First coronavirus cases confirmed in the Palestinian Gaza Strip. **Reuters**, 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-health-corona-palestinians-gaza-idUSKBN219004>> Acesso em 13 de Setembro de 2021.

Entrance of goods to Gaza from Israel. **Gisha - Legal Center for Freedom of Movement**, 30 Junho 2020. Disponível em: <<https://gisha.org/en/graph/goods-entering-gaza/>> Acesso em 28 de Setembro de 2021.

GRM Report. Disponível em: <<https://grm.report/#/DualUse/List>> Acesso em 28 de Setembro de 2021.

**Gaza Strip Electricity Supply.** Disponível em: <<https://www.ochaopt.org/page/gaza-strip-electricity-supply>> Acesso em 28 de Setembro de 2021.

Haddad, Mohammed. Mapping Israeli occupation. **Al Jazeera**, 18 Maio 2021. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2021/5/18/mapping-israeli-occupation-gaza-palestine>> Acesso em 20 de Maio de 2021.

Netanyahu backs police amid Jerusalem clashes, vows ‘freedom of worship for all’. **Times of Israel**, 10 Maio 2021. Disponível em: <[https://www.timesofisrael.com/liveblog\\_entry/netanyahu-backs-police-amid-jerusalem-clashes-vows-freedom-of-worship-for-all/](https://www.timesofisrael.com/liveblog_entry/netanyahu-backs-police-amid-jerusalem-clashes-vows-freedom-of-worship-for-all/)> Acesso em 26 de Outubro de 2021.

One year of “coronavirus closure” at Erez Crossing. One year of “coronavirus closure” at Erez Crossing. **Gisha - Legal Center for Freedom of Movement**. 18 Março 2021. Disponível em: <<https://gisha.org/en/one-year-of-coronavirus-closure-at-erez-crossing/>> Acesso em 28 de Setembro de 2021.

Since the pandemic, has Israel allowed almost no Palestinians out of Gaza for medical treatment. **The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories**, 3 Maio 2021. Disponível em: <[https://www.btselem.org/gaza\\_strip/20210503\\_gaza\\_patients\\_denied\\_treatment\\_since\\_covid\\_19\\_outbreak](https://www.btselem.org/gaza_strip/20210503_gaza_patients_denied_treatment_since_covid_19_outbreak)> Acesso em 21 de Setembro de 2021

**Statistics, Gisha - Legal Center for Freedom of Movement.** Disponível em: <<https://statistics.btselem.org/en/intro/demolitions>> Acesso em 20 de Dezembro de 2021.

**The true death toll of COVID-19: estimating global excess mortality.** Disponível em: <<https://www.who.int/data/stories/the-true-death-toll-of-covid-19-estimating-global-excess-mortality>> Acesso em 8 de Maio de 2021.

To avoid next round violence, root causes must be addressed – Bachelet on escalation in Gaza and the occupied Palestinian territory. **United Nations Human Rights Council**. Disponível

em:

<https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/NewsDetail.aspx?NewsID=27116&LangID=E>> Acesso em 26 de Outubro de 2021.

With Gisha's assistance, critical goods brought in to the Strip and medical equipment exits Gaza for repair. **Gisha - Legal Center for Freedom of Movement**, 25 Agosto 2020.

Disponível em: <https://gisha.org/en/with-gishas-assistance-critical-goods-brought-in-to-the-strip-and-medical-equipment-exits-gaza-for-repair/>> Acesso em 23 de Setembro de 2021.

**WHO in the occupied palestinian territory.** Disponível em: <http://www.emro.who.int/opt/information-resources/monthly-report-on-health-access.html>> Acesso em 21 de Setembro de 2021.

WHO raises 'concerns' about vaccine inequity between Israel and Palestinians. **Times of Israel**, 18 Janeiro 2021. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/who-raises-concerns-about-vaccine-inequity-between-israel-and-palestinians/>> Acesso em 24 de Maio de 2021.

**WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard.** Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em 8 de Maio de 2021.